

# O REAVIVAR DE MEMÓRIAS E OS DIREITOS HUMANOS NA LITERATURA EM *A NOITE DA ESPERA* (2017), DE MILTON HATOUM

Leticea Maria Alves Braga<sup>1</sup>

Wander Nunes Frota<sup>2</sup>

## RESUMO

Com base na leitura do romance de Milton Hatoum, *A noite da espera*, este artigo entende o papel da literatura como um meio de reviver e de reavivar memórias trágicas e traumáticas que ocorreram na história de uma determinada sociedade; por sua vez, essa tomada de posição enfatiza as más lembranças deixadas pela ditadura brasileira entre os anos de 1964 e 1985. Para esse empreendimento, realizamos uma pesquisa sobre alguns dos aspectos mais definitivos da ditadura, como a violação dos direitos humanos, o imaginário social e as memórias coletivas e traumáticas inseridas no romance supracitado de Milton Hatoum. Nesse caso específico, ressaltamos que a literatura apresenta a nobre função de estabelecer elos de cidadania diante de toda uma população e esta sua função segue adiante depois com a apresentação de tais elos ao público leitor, na maioria das vezes posteriormente. Potencialmente, a literatura torna os leitores mais conscientes das decepções mais peculiares experimentadas por todo o país durante sua história recente quanto mais se aproxima e consegue trazer à tona muitos dos detalhes que ocorreram cinquenta e tantos anos atrás – especialmente aqueles eventos tão sérios que atentaram contra a vida humana e o bem-estar social do brasileiro mais comum. Portanto, estabelecemos que a literatura tem, *de facto*, o papel essencial de reviver e de reavivar memórias traumáticas em sua maioria, fazendo com que todos em uma determinada sociedade tenham em mente seus respectivos papéis como cidadãos, confiando que o Estado não deve agir errônea ou injustamente contra seus cidadãos ou sequer ir de encontro às liberdades de seus cidadãos, dando escopo e espectro ainda mais longo e largo aos direitos humanos para que essas más lembranças sejam repetidas *ad infinitum* e nunca mais atormentem a população.

**Palavras-chave:** Milton Hatoum. *A noite da espera*. Cidadania. Ditadura. Papel da literatura.

## ABSTRACT

Based on the reading of Milton Hatoum's novel *A Noite da Espera*, this paper understands the role of literature as a means of reviving and refreshing tragic and traumatic memories that occurred in the history of a given society; in turn, this position-taking emphasizes the bad memories left by the Brazilian dictatorship between the years of 1964 and 1985. For this endeavor, a research was carried out on the most definite aspects of the dictatorship, such as the violation of human rights, the social imaginary, and the collective and traumatic

---

1 Aluna de graduação em Letras-Português na Universidade Federal do Piauí (UFPI).

2 Prof. Dr. Wander Nunes Frota (UFPI), Professor Associado do Departamento de Letras Estrangeiras da Universidade Federal do Piauí, p. h. D. em Letras.

memories inserted in the novel by Milton Hatoum. In this case, we point out that literature presents the noble function of establishing links of citizenship before an entire population, and it goes on and on by presenting such existing links to the reading public, mostly often afterwards. Potentially so, literature makes readers more aware of the most peculiar disappointments experienced by the whole country during its recent history, as much as it approaches and manages to bring many of the details that went by fifty or so years ago now – especially those events so serious that attempted against human life and social welfare. Therefore, we establish that literature does, indeed, have the essential role of reviving and refreshing traumatic memories by making everyone in a given society keep in mind their respective roles as citizens, trusting that the State shall not act wrongfully against or towards the liabilities of its citizens, by giving longer and larger scope and spectrum for such bad memories to be repeated *ad infinitum* and never plague that population once again.

**Keywords:** Milton Hatoum. *A Noite da Espera*. Citizenship. Dictatorship. Literature's role.

## O CONTEXTO HISTÓRICO EM *A NOITE DA ESPERA*: UMA INTRODUÇÃO

A ditadura militar no Brasil teve início em 1º de abril de 1964 com um golpe militar e civil que retirou do cargo o então presidente civil, João Goulart, com a justificativa de uma propalada “ameaça comunista”, daí perpetuando-se por vinte e um anos, até 1985. Durante tal período, mais que de repente, a população brasileira teve que lidar, por exemplo, com a censura aos meios de comunicação, as perseguições políticas, a supressão de direitos constitucionais, a ausência completa de democracia, enfim, a repressão, o fim do Estado de Direito e das instituições democráticas no país, além da tortura física e psicológica de praticamente todos os adversários do regime autoritário e discricionário instalado no Planalto Central do país.

Essa tortura realizada durante o regime militar, para sermos sucintos, caracterizou-se por um nível de desumanização jamais visto antes na história do Brasil, ao menos para os mais jovens adultos da época, até porque tivemos, é claro, a ditadura Vargas (1937-1945), e esta também possuía uma fúria assassina mui semelhante, embora não superior, no quesito da desumanização dos adversários. Em meio à agressão física, à violência psicológica, aos choques elétricos, à palmatória, ao uso de produtos químicos, ao “pau de arara”, à “cadeira do dragão”, aos afogamentos, os opositores sofriam para, ao fim, terminarem mortos sem nenhum tipo de informação às suas famílias; eram os “desaparecidos políticos”, dizia a imprensa da época. Com uma espécie de *boom* econômico, quase sempre referido pelos comentaristas de economia da imprensa golpista na época como “milagre econômico”, que enfim acabou se tornando apenas mais uma piada, os militares no poder tentaram justificar o autoritarismo e a repressão, ao enaltecer e fortalecer o seu poderio.

Entretanto, mesmo com a liberdade de expressão e organização sendo inexistentes nesse período, houve resistência por parte de alguns setores da sociedade, como os estudantes e professores universitários, os religiosos católicos, entre outros. Os festivais de música popular com cantores como Chico Buarque de Holanda, Caetano Veloso, Gilberto Gil, Gal Costa, Maria Bethânia, com movimentos artísticos, como o Tropicalismo, com as greves de operários no chão das fábricas no ABC paulista e com o posicionamento de escritores, foram todos fundamentais, ainda que de forma indireta, para a luta contra a ditadura.

Para compor a frente de resistência, também houve guerrilhas urbanas e rurais, grupos armados que lutaram diretamente contra o governo, o que desencadeou um maior controle por parte do Estado de exceção e intensificou a quantidade de tortura espalhada pelo Brasil quando os militares sofisticaram sua prática, causando portanto mais mortes e mais violência. Para complementar o cenário de horror, o regime militar criou grupos de inteligência como o Serviço Nacional de Informação (SNI), o Destacamento de Operações de Informação (DOI) e o Centro de Operações e Defesa Interna (CODI), os dois últimos com estrutura policial. Sabemos que é surreal e impensável descobrir que a própria aparelhagem institucional dos governos militares tenha sequer pensado em agir com esse tipo de agressão contra seus próprios cidadãos, mas o pior mesmo é cerrar os olhos e ainda assim perceber os números da tragédia.

Na boca da noite de uma sexta-feira, 13 de dezembro de 1968, a data do Ato Institucional nº 5, mais conhecido como “AI-5”, foi como se os militares tivessem aberto o portão dos infernos para os que naquele momento estavam tentando efetivar a luta armada revolucionária. Daí em diante, o que se podia esperar foi o que aconteceu de fato. A noção que a maioria da população apresentava no que diz respeito aos “regimes totalitários” era a vinculada pela mídia internacional sobre o que foi/estava sendo a ascensão comunista pelo mundo, o que o governo militar de direita que ora se instaurava no Brasil era totalmente contra. Logo, a noção que se tinha era apresentada como “apenas uma eliminação da ameaça comunista”, enquanto que, de fato, era algo extremamente além disso aqui no Brasil, já que fazia parte de uma subserviência aos interesses estadunidenses por sobre toda a América Latina.

O espetáculo, midiático, inclusive, macabro de dezenas e dezenas de prisões, cassação de mandatos políticos à força bruta, pois o Congresso Nacional foi temporariamente dissolvido, fechado e, portanto, os parlamentares ficaram impedidos por lei (com o AI-5) de fazer qualquer manifestação pública, perpetuou-se até que os militares golpistas apresentaram uma nova Constituição Federal, e isso só aconteceu aos 24 de janeiro de 1967. Na verdade, tratava-se da

Emenda Constitucional nº 1 (conhecida como “Constituição de 1969” da junta militar, formada por três oficiais de alta patente das três forças armadas, que passou a governar o país depois que o general Costa e Silva foi vítima de uma trombose cerebral), mas apenas e tão somente emendava aquela constituição que vigia a partir de 1967, feita às pressas na calada da noite, sem o devido e necessário reconhecimento popular. Será que a “noite” que durou 21 anos é esta a que se refere a obra de Hatoum aqui estudada? É claro que sim – e não só pela “coincidência” nas datas, como continuaremos a ver na sequência dos segmentos.

## O PAPEL DA LITERATURA NO REAVIVAR DA MEMÓRIA

Quando, na história, tem-se a perspectiva de uma ditadura, logo apresenta-se com ela a censura, mas o que seria a censura senão uma privação da linguagem? Então, nada mais justo do que se valer dela para garantir um reavivar da memória cultural de um povo. Em 2012 até 2014, no Brasil, ocorreu a Comissão Nacional da Verdade. Tal comissão foi imposta pela classe política, digamos, progressista, para que fosse finalmente julgados os crimes que ocorreram durante o regime militar iniciado em 1964. Dessa forma, essa comissão se mostrou como uma espécie de manutenção da formação dos cidadãos brasileiros, elencando de forma mais insistente os direitos humanos e sua imprescindibilidade, manutenção tal que reverberou em vários outros aspectos da sociedade brasileira, incluindo-se aí a literatura. Dessa maneira, muitos autores e críticos literários se sentiram na obrigação de estabelecer, em sua escrita, maneiras para que essa realidade não se repetisse, mostrando ao povo, pelas mais diversas perspectivas, como se deu o processo de alteração do chamado Estado de Direito, afinal “a literatura se situa como um a mais entre os principais documentos legais que decantaram a experiência emancipatória da humanidade [no ocidente]” (VIDAL, 1984, p. 64).

Dentro dessa perspectiva, o romance *A noite da espera* trata-se de um posicionamento do escritor Milton Hatoum no que tange à ditadura, elencando por meio do envolvimento na narrativa questões como os direitos humanos, por exemplo. O que implica que o tal romance, principalmente por realizar uma crítica a um marco infeliz da e na história brasileira recente, não pode se despir da subjetividade, da motivação, do autor e muito menos da interpretação do leitor, como aponta Antonio Candido:

Por isso, todo escritor depende do público. E quando afirma desprezá-lo, bastando-lhe o colóquio com os sonhos e a satisfação dada pelo próprio ato

criador, está, na verdade, rejeitando determinado tipo de leitor insatisfatório, reservando-se para o leitor ideal em que a obra encontrará verdadeira ressonância (CANDIDO, 2000, p. 76).

Caso um romance como *A noite da espera* pudesse ter sido escrito durante a ditadura, a recepção do público e a própria perspectiva do autor provavelmente seriam muito diferentes, e isso acarretaria um ponto positivo ou negativo perante a grandeza factual da obra? De fato, nunca se saberá, mas entende-se que de qualquer maneira se mostraria algo divergente, isso se dá pelas “maneiras diferentes de interpretar que constituem o destino da obra no tempo” (CANDIDO, 2000, p. 169), além, é claro, das diferenças existentes entre o contexto histórico e social da época ditatorial relativos ao meio físico humano, que contempla inúmeros pontos: a tipologia da população, a tipificação da natureza, e a organização política em que a obra estaria inserida. A propósito, tal pensamento é corroborado por Hernán Vidal quando pontua que “a literatura funciona como o requisito de singularizar personagens especiais como índices do significado de uma visão de mundo, hierarquizada pela reificação de uma ordem social fictícia” (VIDAL, 1984, p. 96).

A literatura é um alicerce primordial para a construção particular de uma identidade nacional e individual no que tange a memória e a cultura, assim como a crítica literária, como bem assinala Hernán Vidal, quando retrata que o crítico literário deveria reafirmar o “significado e a função social da literatura como instrumento constituinte do ‘princípio da vida’”, que deve ser considerado como o “bem incompressível” retratado por Candido quando o teórico aborda a questão sobre o direito de exatamente todos à literatura. Sendo assim, “é preciso fundamentar uma crítica literária que se entenda a si mesma e à obra literária como uma analogia da construção da cultura e da civilização” (VIDAL, 1984, p. 45). Dessa maneira,

Toda narrativa literária é, portanto, a procura de um equilíbrio dialético, integrador, dinâmico e contraditório de concepções da cultura, que afeta uma acumulação de noções e de relações diretamente associadas à humanidade como agência histórica, construtora da cultura e da civilização (VIDAL, 1984, p. 49).

Tal produção literária já foi enxergada como uma possibilidade de produção de arquivos, ainda que não fossem *de facto* arquivos historiográficos, e sim narrativas que permitiram o estabelecimento de intervenções de resistência contra o silenciamento que ocorreu de lá para cá, fazendo com que os autores, os personagens e os leitores fossem considerados testemunhas

da violência, ou seja, um fator imprescindível para uma reflexão que pode contribuir para a não repetição do passado, visto que o autor tem a capacidade de transformar narradores anônimos em narradores reais dentro das obras literárias. Hatoum, ao escrever toda a sua trilogia (da qual faz parte *A noite da espera*), contribui para a reelaboração de uma memória histórica coletiva. Logo, de acordo com AMORIM (2003), tem-se que “organizar ruínas de antigas narrativas, as vozes do viver cotidiano anônimo; dialogar com a série literária e com os valores culturais de sua e de outras épocas, para daí compor sua experiência solitária, eis a tarefa do romancista” (AMORIM, 2003, p. 20).

Depois do golpe militar de 1964 e antes da Comissão Nacional da Verdade, por causa sobretudo da censura imposta pelo governo militar, os escritores sofreram pelas tentativas de retratar a realidade provocada pela repressão e pelas inúmeras atrocidades que permearam a sociedade brasileira nesse momento, portanto

O escritor brasileiro enfrentou, durante os anos posteriores ao golpe de 1964, uma escolha estilística fundamental. Após os picos criativos da década de 1950 – a realização das mais altas ambições criativas modernistas na obra de Guimarães Rosa, bem como a derrota da utopia de uma modernização racional encarnada pelo movimento concretista –, o escritor brasileiro ou seguia a corrente latino-americana em direção a uma literatura mágico-realista e alegórica ou retornava aos problemas estilísticos não resolvidos pelo realismo social, como os que haviam sido problematizados nos romances da década de 1930, em particular pelos regionalistas do Nordeste, José Lins do Rego, Graciliano Ramos, Rachel de Queiroz e Jorge Amado. Como denominador comum às duas vertentes havia, segundo [Silviano] Santiago, o compromisso temático com uma crítica social e política contra qualquer tipo de autoritarismo. Não apenas resultado de um governo antidemocrático, mas em consequência da promoção de uma sociedade industrial avançada, do liberalismo globalizado sob os princípios do capitalismo selvagem como norma para o progresso da nação e do bem-estar dos cidadãos (SCHØLLHAMMER, 2011, p. 23).

Dessa maneira, segundo Grazielle Frederico (2018), a literatura se mostra como uma possibilidade de intervenção e de resistência na desconstrução de silenciamentos derivados da ditadura, mas como falar sobre a realidade brasileira de modo diferente? De modo que a linguagem literária faça a diferença?

De acordo com Licarião (2018), o sentimento de reviravolta ocorrido após o estabelecimento da Comissão Nacional da Verdade, representou uma perspectiva subjetiva no imaginário social e nos indivíduos brasileiros – pelo menos naqueles cidadãos mais conscientes,

que ainda os há. Tal perspectiva determinou uma reação à normatização do silenciamento proveniente da ditadura militar e desencadeou assim uma espécie de acerto de contas entre a história pessoal das vítimas e a memória coletiva. Tal acerto se faz por meio de uma reelaboração ficcional, via identificação imaginária e simbólica conseguida pelos autores que trabalham a rica temática. Dessa forma, por meio do reavivar dessa memória coletiva, a literatura, de acordo com Vidal (1984), cumpre o seu papel de servir como um modelo mimético, sempre se valendo de um recorte artístico de um acontecimento histórico, para o desenvolvimento social em meio aos conflitos sociais, sendo, assim, um instrumento que contribui para a manutenção da institucionalidade social, servindo para a anamnese da sociedade, uma vez que “a construção, a reprodução e a manutenção da cultura e da civilização, são tarefas inevitáveis de todo ser humano pelo simples fato de sermos humanos” (VIDAL, 1984, p. 49).

No romance abordado no presente trabalho, *A noite da espera*, é possível observar que os locais, as datas, as cartas, as personagens, o envolvimento das mesmas com a resistência contra o regime, a decisão de fugir de volta para São Paulo e de não lutar, todos esses pontos, denominados por Licarião (2018) de “escombros imateriais”, direcionam a história e permitem a verossimilhança que desencadeia na identificação posterior do leitor com o sentimento de revolta para com o trauma proveniente da ditadura e o consequente silenciamento da memória coletiva. Devido a uma espécie de “acolhimento filantrópico”, expressão utilizada pelo teórico José Edilson de Amorim, o escritor Milton Hatoum apostou nesse novo estilo temático em suas obras, saindo de uma realidade regional e pousando em um período histórico tão forte como a ditadura, mas mantendo de suas demais obras um aporte memorialista semelhante, ao mesclar relatos do passado com acontecimentos do presente. Dentro do cunho das obras regionalistas, segundo SCHØLLHAMMER (2011), tem-se que “Hatoum consegue absorver em sua ficção o espaço amazônico e relatar seus costumes, sem cair num exotismo hipertrofiado e valorizando referências precisas aos fatos históricos” (SCHØLLHAMMER, 2011, p. 90).

A representação do contexto do regime militar nas obras que sobressaem dentro dessa temática pode ocorrer de diversas maneiras como em uma tentativa de estabelecimento identitário, com a exposição de sintomas de precariedade e de melancolia, através de figuras de linguagem, estabelecendo formas análogas de testemunhos, objetivando, por fim, um resgate do inconsciente coletivo para esse tipo de questão. Dentro do leque das obras mais recentes que tratam a ditadura como tema central, como, por exemplo, a obra trabalhada nessa pesquisa, *A noite da espera*, de Milton Hatoum, ocorreu a exposição de uma memória traumática de

um período perturbador para a sociedade brasileira, que discute, interpreta e confronta os acontecimentos do período, ao retratar os vários tipos de convivência vigentes nessa época a partir de diferentes perspectivas, permitindo que se conheçam pontos da ditadura que, no mais das vezes, foram e são ainda silenciados institucionalmente. Quando Martim, o personagem principal, foge da Ditadura Militar, retornando para São Paulo no final da narrativa, esse fato traz consigo uma forma de resistência; ao se calar e fugir, há a questão da sobrevivência física, mesmo que essa esteja marcada pelo abandono à luta.

Seguindo-se esse posicionamento anterior, pode-se elencar aqui o pensamento da pesquisadora Regina Dalcastagnè:

Agente involuntário dessa forma de violência simbólica, o escritor não tem como superá-la no interior de sua própria obra. Mas pode, em um movimento que é ao mesmo tempo estético e político, estabelecer nela a tensão, fazer seu leitor perceber os silêncios que são impostos, as vozes que tentam, mas não conseguem subir à superfície do texto (DALCASTAGNÈ, 2018, p. 187).

Além disso, outro papel imprescindível da literatura brasileira em retratar certas questões mais incontornáveis da ditadura é o de tentar estabelecer políticas públicas e medidas institucionais para que acontecimentos como esse não sejam permitidos novamente. Portanto, de acordo com a pesquisadora Grazielle Frederico (2018), entende-se que:

Buscar na literatura que narra a ditadura [...] uma problematização e uma desconstrução de silenciamentos que reforçam, por exemplo, o conceito de uma conciliação nacional e anistia para torturadores, é uma tentativa de resistência a posições de poder violento e opressor que continuam (FREDERICO, 2018, p. 79).

Para observar como isso se dá no romance em tela e nos demais com características semelhantes, necessário se faz observar como a literatura pode ser ao mesmo tempo ficcional e histórica, e que ambas modalidades podem conviver otimamente quanto mais próximas se tornam no cotidiano dos cidadãos. É que a leitura de literatura tem uma finalidade em si mesma: a de transformar os cidadãos ao mantê-los o mais alerta possível para que realidades desgraçadas como a das ditaduras não possam retornar ao cotidiano atual dos cidadãos. Tornaremos a este ponto mais tarde.

## A HISTÓRIA E A LITERATURA EM UM TURBILHÃO DE EMOÇÕES CIDADÃS

Tanto a história como a literatura são gestos de linguagem e, por isso, podem ser tratadas como “construtos sociais”; entretanto, uma necessita da outra para a sua existência e o cumprimento de seus objetivos, concomitantemente. Os dois tipos de discurso, por sua vez, apresentam-se por meio das normas de linguagem e de narratividade. Assim como a história, a literatura parte de inquietações apresentadas no presente, embora o que as diferencie seja a percepção humana e subjetiva, uma vez que, mesmo com seu caráter estritamente ficcional, a literatura está sempre entrelaçada com discursos históricos, além da acessibilidade permitida pela ficção de que “a literatura traz e a história quase não traz”. Portanto, segundo Licarião, tem-se que a literatura cumpre, dessa forma,

Um papel de suplência em relação à historiografia, conseguindo, às vezes, dizer o objeto, conseguindo nos entregar aquela verdade nefanda e interdita que o relato ou a crônica dos acontecimentos não podem e, talvez, não devam dizer (LICARIÃO, 2018, p. 61).

A literatura tem o papel de preencher, dentro da historiografia tradicional, as ausências e as lacunas deixadas pelos historiadores, já que tratam de “temáticas doloridas para as minorias identitárias que tiveram seus direitos violados por práticas opressoras que advinham tanto do Estado quanto das relações sociais” (NEVES, 2018, p. 128). Para tal papel, tem-se a denominação de “metaficção historiográfica” que, segundo Linda Hutcheon (2008), seria uma forma de romance histórico que se consolida de acordo com as premissas do pós-modernismo relacionadas ao questionamento de autoridade, da autenticidade, e sai em defesa de ideais baseados na pluralidade de vozes narrativas, visto que fatos históricos são consolidados como tais devido aos sistemas epistemológico, ontológico e ideológico que conferem à narrativa histórica, mesmo com a necessidade do preenchimento de lacunas, praticamente, um caráter de verdade absoluta.

A metaficção, portanto, de acordo com Gustavo Bernardo (2010), seria “um fenômeno autorreferente através do qual a ficção duplica-se por dentro, falando de si mesma ou contendo a si mesma” (BERNARDO, 2010, p. 9), ou seja, é uma narrativa que, por sua vez, é fundada em uma metalinguagem, promovendo uma ficção fundada na elaboração de ficções. Dessa forma, é possível observar, segundo Hutcheon, que “a principal característica atribuída à metaficção

historiográfica é a autorreflexão, que possibilita a consciência de que tanto a ficção quanto a história são construções humanas baseadas na linguagem e na narratividade” (HUTCHEON, 2000, p. 5). Logo, pode-se concluir, pelo menos em caráter parcial, que o romance *A noite da espera*, o primeiro da trilogia “O lugar mais sombrio”, de Milton Hatoum, se encaixa perfeitamente nessa perspectiva de “metaficção historiográfica”, sendo que a ficção da ficção “tornou-se lugar-comum no debate em torno da noção moderna de literatura, como aquilo que vem explicitar a atenção autoconsciente da natureza construtiva da ficção” (SCHØLLHAMMER, 2011, p. 129).

Seguindo os demais pontos destacados acima, tem-se, de acordo com Silva, que: “à medida que os dados históricos vão sendo puxados para o real ficcional, cria-se uma porta para a discussão sobre as fronteiras entre real/ficção e história/ficção, cujos limites não podem ser fixos, pois toda história tem sua ficcionalidade e toda ficção baseia-se na historicidade” (SILVA, 2018, p. 206). Entretanto, as condições que permeiam o romance, sobretudo o mais contemporâneo, como *A noite da espera*, nem sempre foram dadas dessa forma. Segundo Amorim (2003), antes,

Ao tratar da realidade histórica, o romance misturava verdade e “mentira” (fábula). A verdade era objeto da história, não da ficção. Mas, contraditoriamente, a ficção romanesca era admitida na medida em que, mesmo pelo artifício da mentira, a utilizasse como meio de mostrar a verdade, para dar exemplo de como as coisas deveriam ocorrer e as pessoas se comportar. A não ser assim, as verdades estavam reservadas para a história; as mentiras eram destinadas às obras de ficção romanesca. Daí seu desprestígio (AMORIM, 2003, p. 26-27).

Contrariando esse pensamento, tem-se ainda, segundo Alfredo Bosi, que

Se pode dizer que a narrativa descobre a vida verdadeira, e que esta abraça e transcende a vida real. A literatura, com ser ficção, resiste à mentira. É nesse horizonte que o espaço da literatura é considerado em geral como o lugar da fantasia, pode ser o lugar da verdade mais exigente (BOSI, 2002, p. 135).

Mas ainda assim, podemos observar que esse medo da ficção e da “mentira” dentro do romance é algo que surge junto com a sua própria existência e se perpetua até os dias atuais, uma vez que com a globalização e o acesso quase instantâneo às informações junto ao entretenimento e à alienação provocados pelas redes sociais, há uma espécie de desvalorização em massa do romance. Dessa maneira, de acordo com Octavio Paz, tem-se que como uma “épica de uma sociedade que se funda na crítica, o romance é um juízo implícito sobre essa mesma sociedade” (PAZ, 1976, p. 71).

Portanto, do ponto de vista metodológico, pode-se concluir que “o estudo da função histórico-literária de uma obra só adquire pleno significado quando referido intimamente à sua estrutura, superando-se deste modo o hiato frequentemente aberto entre a investigação histórica e as orientações estéticas (CANDIDO, 2000, p. 192). Dessa maneira, de acordo com Vidal (2020), torna-se imprescindível que ocorra o uso de uma constelação teórica e historiográfica “para a reinterpretação do sentido histórico dos monumentos do cânone literário latino-americano, de modo que os entendamos como artefatos potencializadores para a defesa ou a violação dos direitos humanos” (VIDAL, 2020, p. 92). Para nós, este é um dos pontos sobre o qual pode-se dizer que é como se estivesse havendo um proveitoso diálogo entre esses dois pesquisadores.

## A LEITURA LITERÁRIA COMO FATOR DE RESISTÊNCIA

Durante o período ditatorial, a leitura se mostrou como um instrumento de luta e de democracia – destarte, é mais ou menos como é destacado por Milton Hatoum na narrativa de *A noite da espera*. Tal perspectiva é demonstrada, por exemplo, quando o personagem principal, o jovem Martim, se vê trabalhando em uma livraria em Brasília, mesmo com seu pai sendo contra sua atitude, vez que livrarias não são/eram vistas com bons olhos pelos generais da ditadura e seus acólitos, por exemplo. Para reforçar tal importância, é necessário citar o argentino, naturalizado canadense, Alberto Manguel, que pontua que “quem é capaz de ler uma frase, é capaz de ler todas. Mais importante: esse leitor tem agora a possibilidade de refletir sobre a frase, de agir sobre ela, de lhe dar significado” (MANGUEL, 1997, p. 314-315). Dentro dessa perspectiva, vale citar também Candido (2000) no momento em que ele nos oferece o seu conceito de literatura, qual seja: “um sistema vivo de obras, agindo umas sobre as outras e sobre os leitores; e [que] só vive na medida em que estes a vivem, decifrando-a, aceitando-a, deformando-a” (CANDIDO, 2000, p. 75).

Os regimes antipopulares na América do Sul de então, não só o brasileiro, se caracterizavam principalmente pela classificação dos livros como algo supérfluo e, às vezes, maléfico mesmo, demonstrando aí a necessidade que tinham os militares de que o povo não pensasse. Logo, houve proibições, censura e ameaças das mais variadas formas para que se mantivesse o povo alienado e para que todos aceitassem as condições impostas pelo governo discricionário sem questionar e nem tampouco se manifestar. Cordeiros eram parte integrante do “sonho de consumo” dos

gerais presidentes para governar em paz, como só nos países industrializados na Europa e nos Estados Unidos conseguir. Na certa, pensavam que seria extremamente fácil governar com mão de ferro. Enganaram-se redondamente. Os jovens brasileiros de então abriram os olhos e enxergaram bem a necessidade de reagir à quebra de muitas das prerrogativas da Carta Universal dos DDHH da ONU que lhes estavam sendo amplamente negadas pela ditadura. Entre os demais, todos também sabiam disso, contudo não levavam lá muita fé em uma resistência ao estado das coisas ditatoriais, que podiam facilmente descambar para uma guerra civil de resultados possivelmente catastróficos.

Então, os escritores que se mostravam contra o regime, após a tomada de poder pelos militares em 1964, tiveram que apresentar seu posicionamento por meio da escrita, sempre de forma mascarada, principalmente a partir do início dos anos 1970. Nesse período foi que se deu maior atenção, por parte dos militares no poder, é claro, ao mercado livreiro, vez que se ampliava o interesse pela literatura e aumentava-se também a ação da censura. Outro ponto acerca dessa questão que vale destacar é que essa atenção especial ao mercado livreiro se deu também pelo fato de que as demais indústrias culturais (sobretudo as de caráter “massivo”) como a televisiva e, em menor grau, a cinematográfica e a da música popular, já vinham supostamente se adaptando às cobranças do regime (e também perdendo seu poder criativo) – talvez porque tivessem que ser mais ágeis e diretas ao ponto nas respostas que ofereciam, ao se conformarem à situação, mas nem tanto, e às exigências cada vez mais “massivas” em torno do que já era um “mercado” – ainda meio incipiente, mas já um mercado.

Por consequência, “uma livraria pode ser um instrumento de democracia e o ataque a ela, uma ação direta contra os direitos humanos” (MOLLO, 2018, p. 58). O que demonstra que uma das funções da literatura, entre as demais promovidas por Hatoum por meio de uma história ficcional, mas altamente verossimilhante e escrita na nossa contemporaneidade, é a de preparar a população para futuras tentativas de governos fascistas, despóticos, ditatoriais, mostrando a partir de uma condição de esclarecimento, o que foi e o que pode vir a ser uma violação dos direitos humanos dada a partir de um regime ditatorial, de uma maneira extremamente didática, sendo que:

Tais direitos são violados quando o poder decide reduzir o ser humano somente à sua materialidade corporal, reconhecendo-o como nada mais que ferramenta para a reprodução, o trabalho e a agressão militar, carne para tortura, respondendo exclusivamente a uma razão funcional e instrumental (VIDAL, 2020, p. 66).

Logo, pode-se observar que a literatura, segundo também o pensamento de Candido, de certa maneira, desenvolve uma série de concepções do vocábulo “democracia”, contribuindo para uma percepção direta do que seja ou que represente ser. Por isso, o fato de a literatura refletir episódios onde houve uma quebra de dignidade e de direitos fundamentais, ela se mostra de importância como para a construção de um “imaginário social” na percepção do político. É que, segundo a pesquisadora Leila Lehen, a literatura [poética] e a política são discursos interligados visto que a linguagem poética invade o domínio político com “palavras perfumadas”, auxiliando assim os leitores a refletir sobre os significados, e a conquistarem uma manutenção da não repetição do passado. Perseguindo a opinião de Lehen, tem-se que

As práticas da vida cotidiana podem impactar as atitudes dos cidadãos em relação à sociabilidade, instituições políticas e performances culturais e, portanto, podem moldar sua compreensão de democracia. Em outras palavras, através das práticas da vida cotidiana, os indivíduos podem criar [...] “imaginários” democráticos (LEHNEN, 2018, p. 24).

A arte se mostra política em demasia, pois a literatura permite uma reelaboração das formas de resistência, reinventando, desta forma, o próprio lugar de resistência. Seguindo essa linha de raciocínio, Dalcastagnè pontua que “se há sessenta anos a questão era colocada, e se ainda hoje ela se apresenta como um problema estético é porque esse problema continua sendo um problema político, que poucos escritores têm a coragem de enfrentar” (DALCASTAGNÈ, 2018, p. 148). Pode-se listar ainda que alguns textos se valem da reivindicação de direitos e das deficiências presentes no modelo democrático brasileiro, constituindo um desafio à estrutura dominante, como se tem em:

A produção literária também pode desafiar a estrutura dominante através do uso do dissenso como dispositivo retórico ou como tema. A literatura que emprega o dissenso de forma temática ou estilística pode participar da democracia expandindo o âmbito simbólico, alterando assim o conceito de *demos* (como aglomeração cidadã) para introduzir vozes diferentes, incluindo a sujeitos que muitas vezes são ofuscados pela ordem hegemônica (LEHNEN, 2018, p. 16).

No que se trata da questão literária é de suma importância avaliar a literatura pela dicotomia existente entre a literatura marginal e o cânone literário. Segundo Antonio Candido, a literatura deve ser tida como “um bem incompressível”, assim como já o são o direito à alimentação

e à moradia, por exemplo. A literatura pode bem ser considerada, portanto, como uma das necessidades básicas do ser humano; entretanto, a literatura “de margem” é desconsiderada como tal, vez que a determinação do cânone está diretamente relacionada às relações de poder constituídas, mas ainda diante desses fatores nota-se que o domínio da chamada “norma culta” serve como fator de exclusão – e não só a tal norma culta que, de acordo com a professora Regina Dalcastagnè, “(...) o campo literário, embora permaneça imune às críticas que outros meios de expressão simbólica costumam receber, reproduz os padrões de exclusão da sociedade brasileira” como um todo (DALCASTAGNÈ, 2012, p. 14).

Porém, há de se colocar em questionamento o seguinte pensamento: “o direito à literatura é realmente para todos?” O cânone traz à tona as personagens marginalizadas, mas dificilmente incluem escritores considerados como subalternos, uma vez que há um sentimento de que os mesmos seriam incapazes de apresentar “conteúdo estético” e afins para que suas obras sejam/fossem consideradas grandes obras, pontuando-as, portanto, como produções de caráter panfletário, reduzindo as narrativas a meros estereótipos, sem levar em consideração os traços de memória e as demais particularidades que permeiam essas narrativas. Dessa maneira, se atribui à literatura testemunhal, como no caso da obra *A noite da espera*, e à literatura marginal, vez que a literatura erudita, dada a partir de uma análise meramente estética, se apresenta como tendo um caráter atemporal. Enquanto isso, a literatura marginal, dada por meio de um ponto de vista majoritariamente sociológico, apresenta um caráter pontual, “massivo”. Além disso, é de suma importância salientar que os estudos culturais, nos quais se encontram a literatura marginal, são colocados mais como uma manifestação de defesa dos direitos humanos do que a literatura erudita. Logo, é necessário que se reescreva a história dando voz aos que de fato devam ter voz para relatar suas experiências vividas de forma mui particular, representando o grupo no qual o escritor esteja (ou se sinta) mais inserido.

Mas mesmo resolvida a questão do autor, há de se considerar uma nova problematização ou provocação: “como abordar a obra?” De acordo com a pesquisadora Regina Dalcastagnè, tem-se duas opções, usar ou não as convenções estético-estilísticas; porém, caso seja escolhida a opção de se valer mais de tais convenções, há a implicância presumível na aceitação dos critérios convencionados. Isso impõe uma outra pergunta: “como realizar essa façanha criticando os mesmos?” Ao final, tudo se demonstrará meio “incoerente”; logo, segundo a autora:

O significado do texto literário – bem como da própria crítica que a ele fazemos – se estabelece num fluxo em que tradições são seguidas, quebradas

ou reconquistadas, e as formas de interpretação e apropriação do que se fala permanecem em aberto. Ignorar essa abertura é reforçar o papel da literatura como mecanismo de distinção e hierarquização social, deixando de lado suas potencialidades como discurso desestabilizador e contraditório (DALCASTAGNÈ, 2012, p. 12).

A percepção proposta por Candido sobre a literatura como “um bem incompressível” também é capaz de permear e vislumbrar uma outra perspectiva: a da literatura como instrumento de humanização. Tendo em vista que essa forma de expressão se relaciona diretamente com os direitos humanos, há uma possibilidade de estabelecer uma forma à visão de mundo e, relacionando-a ao aspecto de resistência e denúncia, estabelece-se também uma maneira de observar, conforme Candido, as situações que remetem aos direitos e a incorporação e a introjeção pessoal deles. Vidal complementa esse pensamento quando apresenta que:

Em termos de uma teatralidade social, o respeito à dignidade humana está no reconhecimento inquestionável do ser humano como agência legítima no cenário da sociedade. Isso implica reconhecer que todo ser humano tem uma consciência, valores, capacidade de discernimento, de escolha e planejamento, de vontade, de memória e de autonomia que o torna ator e atriz em busca de objetivos que potencialmente são uma contribuição ao bem-estar comunitário. Portanto, a coletividade deve abrir ao ser humano o acesso a todo o conjunto de bens materiais e espirituais acumulados em uma sociedade, para que tal conjunto se converta em uma entidade com total capacidade de interlocução e de uso, de intercâmbio, criação, compreensão e interpretação de códigos, protocolos e rituais de todo tipo. Isso é o que faz da sociedade o espaço para a promoção da vida (VIDAL, 1987, p. 67).

Uma vez que

A literatura que hoje trata dos problemas sociais não exclui a dimensão pessoal e íntima, privilegiando apenas a realidade exterior; o escritor que opta por ressaltar a experiência subjetiva não ignora a turbulência do contexto social e histórico (SCHØLLHAMMER, 2011, p. 15-16).

É exatamente isso que propõe o escritor Milton Hatoum em *A noite da espera*: o lado mais adolescente do protagonista Martim, que envolve o divórcio dos pais, a mudança de São Paulo para Brasília, o conflito com o pai, que no decorrer da narrativa se mostra como uma representação da classe média que apoiou e chegou até a venerar o regime militar, o distanciamento da mãe que, ao que tudo indica, representa o “outro lado” da ditadura, aquele que

os militares adorariam extinguir, o primeiro amor, a progressão para a vida adulta, os conflitos internos. Tudo isso fica mesclado ao lado mais histórico que é apresentado “do lado de dentro” da narrativa, não apenas como um contexto histórico, mas como um panorama para reavivar a memória coletiva retratada a partir da ditadura que na época ocorria no Brasil.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante a repressão militar, a literatura foi demasiadamente colocada em xeque a favor da perpetuação do poder. A limitação do subalterno, que o transformou em um “subalterno do subalterno”, foi capaz de demonstrar a necessidade da literatura, o que é favoravelmente mencionado durante a narrativa de Milton Hatoum, mormente nos momentos em que ela trata da relação do personagem principal com a leitura e com a livraria na qual trabalha quando já está em Brasília, e em seus “relacionamentos calorosos”, como destaca o autor, principalmente ao narrar a queima de livros na UnB, por parte dos militares que a invadiram em certos momentos cruciais, portanto, não há episódio, descrição ou frase que não carregue em si toda a potência que a obra representa. Aqui, como em todos os lugares do romance estudado, o pensamento de Candido é novamente bastante oportuno, senão vejamos:

A ligação entre a literatura e a sociedade é percebida de maneira viva quando tentamos descobrir como as sugestões e influências do meio se incorporam à estrutura da obra de modo tão visceral que deixam de ser propriamente sociais, para se tornarem a substância do ato criador (CANDIDO, 1988, p. 162-163).

Adrede, torna-se necessário reavivar sempre no pensamento da sociedade brasileira a imprescindibilidade da literatura, principalmente em um país um tanto quanto “jovem” como o nosso, assolado pelo mesmo mal após um período tão curto de tempo, no qual respiramos mais aliviados, em que jovens e até mesmo gente mais velha vão às ruas para quase “exigir” algo tão insosso como “a volta da ditadura militar” [sic] sem ao menos ter em conta o que de fato aconteceu durante tal período, pode-se dessa forma intuir, como o poeta e crítico literário T. S. Eliot, que

É próprio dos homens quando não compreendem outro ser humano e não podem ignorá-lo, exercer uma pressão inconsciente sobre essa pessoa para revertê-la para algo que podemos compreender (...). O efeito sobre a pessoa assim influenciada é quase sempre a repressão e a distorção, em vez do desenvolvimento, da personalidade (ELIOT, 2013, p. 84).

Complementando o pensamento de Eliot, tem-se em James Wood que

A literatura nos ensina a notar melhor a vida; praticamos isso na vida, o que nos faz, por sua vez, ler melhor o detalhe na literatura, o que por sua vez, nos faz ler melhor a vida. E assim por diante. Basta dar aulas de literatura para perceber que os leitores jovens, na maioria, são bons observadores (WOOD, 2011, p. 71).

Os personagens retratados na narrativa *A noite da espera*, mesmo com seu caráter ficcional implícito, mas nem de longe alegorias inventadas com fins poéticos, nem mesmo personagens com caráter individualizado, emblematizam as revoluções estéticas e políticas vividas na época da ditadura militar, o que acaba por elencar aos direitos humanos e à visão social uma concepção artística, porém real, ressaltado que “a arte imita a vida” e que é imprescindível que isso aconteça, uma vez que é sempre necessário internalizar memórias coletivas, principalmente quando elas se mostram traumáticas. Quando escritores como Milton Hatoum se valem de um instrumento como a literatura para reavivar essas memórias o impacto acaba sendo indescritivelmente maior, uma vez que a literatura apresenta, dentre todas as demais formas de arte e expressão, uma espécie de “aval da história” para ir além do que é documentado e imposto nos livros teóricos, a literatura pode fornecer detalhes, que todos imaginam que possam ter existido, mas sem o mínimo comprometimento com a verdade, o que desencadeia em uma experiência diferente de um fato já conhecido. Dessa maneira, pode-se ressaltar aqui o que o filósofo Jacques Rancière afirma:

Tudo é rastro, vestígio ou fóssil. Toda forma sensível, desde a pedra ou a concha é falante. Cada uma traz consigo, inscritas em estrias e volutas, as marcas de sua história e os signos de sua destinação. A escrita literária se estabelece, assim, como decifração e reescrita dos signos de história escrito nas coisas (RANCIÈRE, 2009, p. 35).

É Rancière mesmo quem dá continuidade ao seu pensamento:

O escritor é o geólogo ou o arqueólogo que viaja pelos labirintos do mundo social e, mais tarde, pelos labirintos do eu. Ele recolhe os vestígios, exuma os fosséis, transcreve os signos que dão testemunho de um mundo e escrevem uma história (RANCIÈRE, 2009. p. 38).

A cidadania, que é delimitada na maioria das obras que carregam em si a temática da ditadura, serve como uma ferramenta de efetivação da democracia; trata-se, portanto, do poder que a literatura oferece aos cidadãos. A efetivação dos DDHH também ocorre através da democracia, uma vez que o exercício da cidadania e a existência de direitos decorrem da dignidade da pessoa humana, um dos princípios basilares tanto das democracias recentes, quanto na própria história universal dos DDHH.

Durante a ditadura foi o triste e indefectível momento em que a população brasileira viu todos os seus direitos perdendo a validade e sendo jogados na lama; porventura, *de facto* pouquíssimos brasileiros teriam imaginado que, quando os militares chegaram ao poder em 1964 através de um golpe de Estado sem ver sangue correndo nas ruas, a realidade cotidiana nas grandes cidades brasileiras se tornaria tão violenta e obscura. O trauma sofrido pela nação como um todo foi e ainda é irreparável. Por isso mesmo o medo de que algo assim volte à tona é surreal, e a literatura obtém imediatamente um papel imprescindível para que o povo brasileiro como um todo não sofra novamente do mesmo mal.

Logo, é indispensável que os autores brasileiros façam cumprir o tal “papel” da literatura para com a sociedade ao escancarar as portas do passado vivido, ao ser um canal de transmissão de cultura e memórias, ao recordar o imaginário coletivo das atrocidades cometidas na época em que grande parte da população vivia e sobrevivia sob um regime ditatorial fascistoide, um verdadeiro “sepulcro caído” como o do ditado popular. Só mesmo fazendo uso de uma panaceia tão explícita, como sempre são, a propósito, todos os romances de Hatoum que plenamente clamam por mais e melhores índices de cidadania, é que as tais pautas totalitárias mais contemporâneas, tanto as da juventude que sai às ruas reivindicando pesadelos para si e para todos os demais cidadãos, quanto aquelas dos mais velhos, que já esqueceram “a banalidade do mal” daquelas formações plúmbeas de hidrogênio e oxigênio, contaminadas à proporção de duas moléculas por uma. É que aí todas essas pautas totalitárias e antidemocráticas que hoje nos afetam, inclusive psicologicamente, tenderão a ser repensadas com um olhar mais forte e criterioso. Só assim mesmo é que tais demandas não tornarão a ocorrer e a nos atormentar, por dentro e por fora de nós mesmos, emanando o mais naturalmente possível, como suor poros afora.

## REFERÊNCIAS

- AMORIM, José Edilson de. *Romance à brasileira*. João Pessoa: Bagagem, 2003.
- ARENDT, Hannah. *Origens do totalitarismo*. Trad.: Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- AZEVEDO, Luciene. Será que a literatura resiste? In: DALCASTAGNÈ, Regina; LICARIÃO, Berttoni; NAKAGOME, Patrícia (Orgs.) et al. *Literatura e resistência*. Porto Alegre, Zouk, 2018. p. 101-110.
- BAROSSO, Luana. (Po)éticas da escrevivência. In: DALCASTAGNÈ, Regina; LICARIÃO, Berttoni; NAKAGOME, Patrícia (Orgs.) et al. *Literatura e resistência*. Porto Alegre, Zouk, 2018. p. 127-142.
- BERNARDO, Gustavo. *O livro da metaficção*. Rio de Janeiro: Tinta Negra Bazar Editorial, 2010.
- BOSI, Alfredo. *Literatura e resistência*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- CANDIDO, Antonio. Literatura de dois gumes. In: \_\_\_\_\_. *A educação pela noite e outros ensaios*. São Paulo: Ática, 1987. p. 163-180.
- CANDIDO, Antonio. *Literatura e sociedade*. São Paulo: T. A. Queiroz, 2000.
- CANDIDO, Antonio. O direito à literatura (1988). In: \_\_\_\_\_. *Vários escritos*. 5. ed., corr. pelo autor. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2011.
- DALCASTAGNÈ, Regina; DUTRA, Paula Q.; FREDERICO, Grazielle (Orgs.) et al. *Literatura e direitos humanos*. Porto Alegre: Zouk, 2018.
- DALCASTAGNÈ, Regina; LICARIÃO, Berttoni; NAKAGOME, Patrícia (Orgs.) et al. *Literatura e resistência*. Porto Alegre: Zouk, 2018.
- ELIOT, T. S. *Notas para uma definição de cultura*. São Paulo: Perspectiva, 2013.
- FREDERICO, Grazielle. Sonhos e resistências no sertão: A ditadura em Outros Cantos, de Maria Valéria Rezende. In: DALCASTAGNÈ, Regina; DUTRA, Paula Q.; FREDERICO, Grazielle (Orgs.) et al. *Literatura e direitos humanos*. Porto Alegre: Zouk, 2018. p. 77-86
- HATOUM, Milton. *A noite da espera*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.
- HOLLANDA, Heloísa Buarque de; GONÇALVES, Marcos Augusto. A ficção da realidade brasileira. In: NOVAIS, Adauto (Org.) et al. *Anos 70: ainda sob a tempestade* (música, literatura, teatro, cinema, televisão). Rio de Janeiro: Aeroplano; SENAC-Rio, 2005. p. 94-159.
- HUTCHEON, Linda. *Teoria e política da ironia*. Trad.: Júlio Jeha. Belo Horizonte: EdUFMG, 2000.
- \_\_\_\_\_. *A Poetics of Postmodernism: History, Theory and Fiction*. London; New York: Routledge, 2000.

LEHNEN, Leila. O direito à poesia. In: DALCASTAGNÈ, Regina; DUTRA, Paula Q.; FREDERICO, Grazielle (Orgs.) et al. *Literatura e direitos humanos*. Porto Alegre: Zouk, 2018. p. 13-30

LICARIÃO, Berttoni. Inventário de silêncios: memória e fotografia em *A Resistência*, de Julián Fuks. In: DALCASTAGNÈ, Regina; DUTRA, Paula Q.; FREDERICO, Grazielle (Orgs.) et al. *Literatura e direitos humanos*. Porto Alegre: Zouk, 2018. p. 61-76.

MANGUEL, Alberto. *Uma história da leitura*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

MOISÉS, Massaud. *A análise literária*. 19. ed. São Paulo: Cultrix, 2014.

MOLLO, Lúcia Tormin. Espaços de resistência: as livrarias na mira dos regimes autoritários. In: DALCASTAGNÈ, Regina; DUTRA, Paula Q.; FREDERICO, Grazielle (Orgs.) et al. *Literatura e direitos humanos*. Porto Alegre: Zouk, 2018. p. 47-60.

NEVES, Júlia Braga. Metaficção historiográfica e narrativas sobre a escravidão em *Um defeito de cor*, de Ana Maria Gonçalves. In: DALCASTAGNÈ, Regina; DUTRA, Paula Q.; FREDERICO, Grazielle (Orgs.) et al. *Literatura e direitos humanos*. Porto Alegre: Zouk, 2018. p. 127-140.

PAZ, Octavio. *Signos em Rotação*. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1976.

RANCIÈRE, Jacques. *O inconsciente estético*. São Paulo: 34, 2009.

SCHØLLHAMMER, Karl Erik. *Ficção brasileira contemporânea*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

SILVA, Gislene Maria Barral Lima Felipe da. Uma experiência literária periférica em tempos de ditadura. In: DALCASTAGNÈ, Regina; LICARIÃO, Berttoni; NAKAGOME, Patrícia (Orgs.) et al. *Literatura e resistência*. Porto Alegre: Zouk, 2018. p. 193-212.

VIDAL, Hernán. *Crítica literária como defesa dos direitos humanos: questão teórica (por uma sócio-história literária da América Latina e do Caribe hispanoparlantes)*. Trad.: Wander Nunes Frota. Teresina: EdUFPI, 2020.

WOOD, James. *Como funciona a ficção*. Trad.: Denise Bottmann. São Paulo: Cosac Naify, 2011.